

Quebra de sigilo vai ao STF

E Aristides Junqueira dará parecer sobre envolvidos

O ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal (STF), remeteu ontem ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o inquérito aberto para apurar as denúncias contra os parlamentares envolvidos na máfia do Orçamento. O inquérito foi para o STF a pedido do delegado da Polícia Federal, Magnaldo José Nicolau da Costa, que apura as denúncias de corrupção contra parlamentares feitas por José Carlos Alves dos Santos, ex-funcionário do Senado. Aristides, agora, deve dar parecer sobre o assunto.

O inquérito foi remetido quarta-feira à noite ao STF para autorização de novas diligências. Além da requisição dos documentos encontrados na casa de José Carlos Alves dos Santos, o delegado pede ainda a realização de uma investigação patrimonial de todos os envolvidos no escân-

dalo da máfia do Orçamento. Magnaldo Nicolau quer ver determinada a quebra do sigilo bancário e fiscal e o levantamento dos bens de José Carlos Alves dos Santos, dos deputados João Alves, Genebaldo Correia, Ricardo Fiúza, Rojas Américo de Carvalho, Ibsen Pinheiro, Fábio Raunheitti, José Geraldo Ribeiro, Flávio Augusto Coelho Derzi, Manoel de Araújo Filho, Severino Sérgio Estelita Guerra e dos senadores Saldanha Derzi e Ronaldo Aragão.

A quebra do sigilo fiscal e bancário vai depender de autorização do ministro Moreira Alves, que vai tomar uma decisão após o parecer do procurador-geral. Quanto à requisição dos documentos à CPI, Junqueira já adiantou que essa é uma decisão pessoal sua, que não depende de autorização do STF.